

N. F. Nº - 153871.0003/18-2
NOTIFICADO - FREEDOM CONFECÇÕES LTDA. - EPP
NOTIFICANTE- JOSÉ LUIZ SANTANA
ORIGEM - DAT SUL / INFAZ CENTRO SUL
PUBLICAÇÃO - INTERNET - 16/05/2024

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF Nº 0061-01/24NF-VD**

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO. RECOLHIMENTO A MENOS. A antecipação parcial devida por contribuinte optante do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional deverá ser calculada de acordo com a regra prevista no art. 12-A da lei 7.014/96, devendo ser aplicada a alíquota prevista na alínea IV do art. 16 da Lei 7.014/96, acrescido de dois pontos percentuais correspondentes ao Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza. Entretanto, todos os fatos geradores, objetos do lançamento fiscal em lide, foram alcançados pela decadência. Notificação Fiscal **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime

RELATÓRIO

A presente Notificação Fiscal, lavrada em 13/12/2018, refere-se à exigência de ICMS no valor histórico de R\$ 10.247,93, mais multa de 60%, em decorrência da seguinte infração à legislação do supracitado imposto:

Infração 01 - 07.21.04 - Efetuou recolhimento a menor do ICMS antecipação parcial, na condição de empresa optante do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidas pelas Microempresas e empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado, nos meses de abril e agosto a novembro de 2011; março e maio a agosto de 2012; março e julho de 2013.

Enquadramento Legal: art. 352-A, art. 125, II e parágrafos 7º e 8º C/C art. 61, IX e art. 386, I, do RICMS/BA aprovado pelo Decreto nº 6.284/97, para as ocorrências de abril/2011 a março/2012 e art. 12-A, da Lei 7.014/96 C/C art. 321, VII, “b”, do RICMS publicado pelo Decreto nº 13.780/2012, para as ocorrências de maio/2012 a julho/2013.

Multa Aplicada: art. 42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96.

O contribuinte, tomou ciência da Notificação Fiscal em 14/12/2018, apresentando impugnação em 14/02/2019, às fls. 49/50.

Inicialmente aborda a tempestividade da peça defensiva, além de fazer uma breve síntese dos fatos que envolveram a presente notificação.

Contesta a exigência fiscal afirmando que os exercícios, que foram objeto da presente notificação, já foram lançados em outras notificações, quais sejam: 153871.3010/16-3 (arquivada em 17/01/19), 153871.3009/16-5 (arquivada em 04/04/17) e 153871.3008/16-9.

Além disso, menciona que foi lançada também a Notificação nº 153871.3004/16-3, no mesmo período das anteriores, no valor de R\$ 37.096,68, cuja exigibilidade está suspensa.

Acrescenta que a notificação 153871.3010/16-3 (arquivada em 17/01/19) foi anulada com apresentação de valores muito diferentes da notificação anulada.

Ao final requer a anulação da presente Notificação Fiscal, e os efeitos dela decorrentes, além de uma reanálise dos procedimentos realizados, visando confrontar os lançamentos consignados nas diversas notificações, inclusive nas anuladas e homologadas por pagamento.

O Notificante, à fl. 54, assinala que se encontra impedido de prestar a informação fiscal tendo em vista a decisão proferida na ADI 4233.

Transcreve a referida decisão, faz uma breve análise a respeito do teor da mesma, e consigna que, considerando que a presente notificação, ocorreu anteriormente à decisão da supracitada ADI, a ação fiscal foi mantida. Acrescenta que, contudo, não há que se falar em lançamento de crédito e seus desdobramentos a partir dessa decisão, por parte dos Agentes de Tributos Estaduais que ingressaram na SEFAZ BAHIA anterior a 2002, por impedimento decorrente da supracitada decisão da Suprema Corte do Brasil. Dessa forma, opina que o presente processo seja encaminhado a um preposto que detenha as prerrogativas em consonância com a decisão do STF.

VOTO

A presente Notificação Fiscal exige ICMS, sob acusação de recolhimento a menor da antecipação parcial, na condição de empresa optante do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidas pelas Microempresas e empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado, nos meses de abril e agosto a novembro de 2011; março e maio a agosto de 2012; março e julho de 2013.

Em preliminar de mérito, verifico que o ato de lançamento formalizado através da Notificação em lide, se tornou perfeito e acabado com a ciência do contribuinte verificada em 14/12/2018.

A respeito da decadência, a PROCURADORIA ESTADUAL (PGE/PROFIS), através do Incidente de Uniformização PGE nº 2016.194710-0 firmou entendimento de que conta-se o prazo decadencial a partir da data de ocorrência do fato gerador, com fundamento no art. 150, § 4º, do CTN, quando o contribuinte declara a ocorrência do fato jurídico tributário (entendendo-se como tal as operações e prestações tributáveis), apura o montante do imposto devido, mas efetua o pagamento do imposto em montante inferior àquele que corresponderia às operações declaradas.

No caso concreto, onde se cobra o recolhimento a menor do imposto, nos encontramos frente a lançamento de ofício corretivo dos atos de apuração e pagamento realizados pelo contribuinte.

A situação se enquadra perfeitamente na regra contida no § 4º, do art. 150 do CTN, ou seja, trata-se de hipótese de lançamento por homologação que somente ocorre nos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de “antecipar” o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, sujeitando-se a posterior homologação, expressa ou tácita, por aquela autoridade.

Nessa situação a contagem do prazo decadencial tem início a partir da data de ocorrência dos correspondentes fatos geradores.

Considerando que o ato de lançamento formalizado através da Notificação Fiscal em exame, se tornou perfeito e acabado com a ciência do contribuinte verificada em 14/12/2018, os fatos geradores anteriores 14/12/2013, são atingidos pela decadência, de forma que todos os créditos tributários reclamados no presente lançamento, efetivamente estão extintos, incidindo a regra do art. 156, inc. V, do CTN.

Do exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância ÚNICA, julgar **IMPROCEDENTE** a Notificação Fiscal nº 153871.0003/18-2, lavrado contra **FREEDOM CONFECÇÕES LTDA. - EPP**.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 23 de abril de 2024.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVEA – RELATOR

OLEGÁRIO MIGUEZ GONZALEZ – JULGADOR

